

ECOPOL um modelo europeu de parceria pública para o desenho de políticas e instrumentos de promoção de eco-inovação – A experiência Portuguesa na construção sustentável

Luís Ferreira

Agência de Inovação, S.A, Lisboa, Portugal

lferrreira@adi.pt

Clara Lopes

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., Lisboa, Portugal

clara.lopes@apambiente.pt

Victor M. Ferreira

Plataforma Construção Sustentável, Dept. Eng^ª Civil, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal

victorf@ua.pt

ABSTRACT: ECOPOL project is a European public innovation partnership between seven organizations of six countries from whose results, lines of policy recommendations and tools that promote eco-innovation are expected. The focused areas of the project were "Green Public Procurement", "Waste Management and Recycling" and "Internationalization of eco-innovative SME's". Companies do not always respond to the challenges of sustainability aware that this is an opportunity for differentiation in innovation processes (Eco-innovation). For the Sustainable Habitat Cluster, this development paradigm is inclusive of all the Habitat value chains and is important in terms of material efficiency in their sub-ranks of construction and of materials and products. The aim of this study was to demonstrate in the Habitat (PT) value chain and for the three focused areas of the project, the importance of a collaborative model between public administration and the Cluster, in the recommendations process construction for policy instruments to accelerate eco-innovation.

RESUMO: O projeto ECOPOL é uma parceria pública de inovação entre sete entidades de seis países europeus de cujos resultados se esperam linhas de recomendações para políticas e instrumentos que estimulem a eco-inovação. O projecto focou-se sobre os domínios das "Compras públicas ecológicas", "Gestão de resíduos e reciclagem" e "Internacionalização de PME's eco-inovadoras". As empresas nem sempre respondem aos desafios da Sustentabilidade conscientes que esta é uma oportunidade de diferenciação nos processos de inovação (Eco-inovação). No Cluster Habitat Sustentável, este paradigma de desenvolvimento é abrangente de toda a fileira Habitat e é importante em termos de eficiência material nas suas sub-fileiras da construção e dos materiais e produtos. O objetivo deste trabalho foi demonstrar, na fileira Habitat (PT) e nos três domínios do projeto, a importância de um modelo colaborativo entre a administração pública e o Cluster, no processo de construção de recomendações para instrumentos de política aceleradores de eco-inovação.

1 INTRODUÇÃO

O projeto "ECOPOL – *Public innovationpartnership for better policies and instruments in support of eco-innovation*", formalmente terminado em 31 de Março de 2014, teve por missão, promover a cooperação transnacional no desenvolvimento e implementação de melhores políticas e instrumentos de eco-inovação. A participação portuguesa no projeto concretizou-se através de dois parceiros, a Agência de Inovação, S.A. (AdI) e a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA). Com enfoque nos domínios das "compras públicas

ecológicas” (enquanto importante instrumento do lado da procura), “gestão de resíduos e reciclagem” (como setor com uma muito elevada pegada de CO₂ e elevado potencial para a criação de negócios) e “internacionalização de PME’seco-inovadoras” (como meio de aumentar a produtividade pelo alargamento de mercados para os eco-inovadores), o projeto propôs-se igualmente promover diversas ações-piloto para “pôr em prática” à escala transnacional boas práticas de eco-inovação, de entre elas a “preparação de execução conjunta de instrumentos do lado da procura”.

A experiência Portuguesa na construção sustentável foi desenvolvida dentro do modelo de governança estabelecido para fins da participação portuguesa no projeto ECOPOL entre entidades competentes relevantes nas áreas de políticas públicas em observação, nomeadamente através da colaboração de peritos da Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE), do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P. (LNEG), da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP) e da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (eSPap) com as entidades nacionais parceiras no projeto (APA, I.P., e AdI). Sendo fundamental, no desenho de instrumentos de política para a aceleração de eco-inovação, o envolvimento das empresas e das organizações com responsabilidade nas respetivas Estratégias de Eficiência Coletiva (Clusters apoiados no âmbito do Programa operacional fatores de competitividade - COMPETE), a colaboração da Plataforma para a Construção Sustentável (Cluster Habitat Sustentável) com a equipa do projeto revelou-se determinante para o desenvolvimento de recomendações no sentido da aproximação da procura e oferta sustentáveis.

De acordo com os dados apurados sobre a produção e o tratamento de resíduos de construção e demolição (RCD) conclui-se que, em Portugal, o setor da construção é o maior produtor de RCD representando 60% da quantidade de RCD produzidos (O’Brien, 2011). Os restantes 40% advêm de obras de construção civil realizadas por algumas entidades no âmbito da sua actividade, apesar de não ser a sua actividade principal, designadamente os municípios, as empresas municipais ou as empresas do setor do gás. Tendo em consideração os principais componentes que, em Portugal, contribuem para o DMC (consumo interno de materiais), ressalta desde logo a importância detida pelos “minerais não metálicos”. Por exemplo em 2011, estes contribuíram com uma quota de cerca de 70% em peso para o DMC, facto que se deve à importância que o setor da construção detém a nível nacional (Silva, 2011). Para além disso, este setor tem em Portugal um significado evidente na contratação pública portuguesa - 57 % em valor dos contratos celebrados em 2008 (Pais & Ministro, 2012).

Neste contexto, o setor da construção apresenta-se como um palco para potenciar eco-inovação (JOUE, 2011) associada à desmaterialização da economia. A compra pública, enquanto *driver*, estabeleceu na Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2008-2010 (ENCPE) como prioritário o grupo ‘Conceção e construção de obras públicas, incluindo iluminação e equipamentos’ (DR, 2007), não especificando, contudo, critérios ambientais nacionais que tenham tornado efetiva a contratação pública ecológica em obra (ANCP, 2011). ‘Oportunidades para ganhos de eficiência na utilização dos recursos no setor da construção’ foi objeto de comunicação da Comissão Europeia, sinalizando mais uma vez o papel esperado da contratação pública ecológica como contributo ao caminho a percorrer (JOUE, 2014).

Em termos de cadeia de valor, o Cluster Habitat Sustentável envolve desde o setor extrativo, ao setor transformador de materiais e produtos, à atividade de projeto, construção e imobiliário, planeamento urbanístico e também outros fornecedores de bens e equipamentos para a construção do Habitat. A sustentabilidade constitui-se como uma oportunidade de diferenciação na inovação, sendo este o paradigma de desenvolvimento de todo o Cluster.

Pretendeu-se com este trabalho demonstrar, para a fileira do Habitat (PT) e nos três domínios de enfoque do projeto, a importância de um modelo colaborativo entre a administração pública e o Cluster no processo de construção de recomendações para instrumentos de política aceleradores de eco-inovação.

2 METODOLOGIA

Para cada um dos domínios temáticos, foram desenvolvidas abordagens de colaboração adequadas às especificidades e natureza das atividades programadas, conforme abaixo se descrevem.

2.1 Compras Públicas Ecológicas – a experiência Portuguesa para um repositório Europeu de produtos da construção

O setor da Construção foi escolhido como estudo-caso da implementação conjunta ECOPOL para instrumentos do lado da procura, a qual pressupõe: o exame em detalhe de quatro boas-práticas pré-identificadas (Catálogo Belga de produtos reciclados para compras públicas ecológicas, Programa top-runner Japonês, Decreto Italiano de quotas de compras de reciclados por compradores públicos, e Metodologia comum Europeia para medição do impacto ambiental de CPE); o desenvolvimento de soluções para potenciar sinergias entre esses instrumentos (cross regulation); e, em cada país/região, a partilha de informação entre as entidades públicas nacionais competentes para avaliação da viabilidade da implementação dessas soluções no respetivo contexto (transferência). Neste contexto, a ação-conjunta ECOPOL “Estimular a Adoção de Compras Públicas Ecológicas no Setor da Construção” foi desenhada como ensaio numa proposta de repositório de produtos de construção para servir de guia às entidades públicas adjudicantes no espaço europeu.

As especificações CPE-UE do grupo prioritário produtos de construção segundo o módulo prático GPPtoolkit recomendado pela Comissão Europeia (JOUE, 2008) foram tomadas como referência e, atendendo à recente obrigatoriedade de consideração do requisito básico relativo ao uso sustentável dos recursos no processo de Marcação CE introduzida pelo Regulamento Europeu dos Produtos da Construção (RE 305/2011) e em aplicação desde 01.07.2013, foi também dada atenção especial às formas de prova de cumprimento deste requisito para os produtos de construção - as declarações ambientais do produto tipo III (DAP), ferramentas de comunicação credível e fidedigna enquadradas por normas relevantes (ISO 14025, ISO 21930, EN 15804) que têm por base a avaliação de ciclo de vida (ACV). Neste contexto, dado o Cluster Habitat Sustentável ter em desenvolvimento o projeto dapHabitat para implementação do “Sistema de Registo de Declarações Ambientais de Produto para o Habitat” em Portugal, foram criadas sinergias de oportunidade entre ambos os projetos.

Na fase de comparação e benchmarking os parceiros portugueses constataram a não existência de referências nacionais, da ENCPE ou de outras fontes, para critérios ambientais a aplicar a produtos de construção. Assim, as especificações CPE-UE foram tomadas como referência direta e, para inventariar e pré-qualificar os fabricantes PT de produtos de construção potencialmente candidatos ao repositório ECOPOL, recorreu-se a informação ambiental disponível sobre desempenho de empresas e produtos em:

- sistemas de certificação (Rótulo Ecológico UE, Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria EMAS, Sistemas de Gestão Ambiental ISO14001, Sistemas de Gestão Florestal Sustentável PEFC e Sistemas de Gestão IDI) e registos (Marcação CE, REACH e Regulamentos F-gases) potencialmente compatíveis com as especificações dos produtos CPE-UE;
- processos preparatórios das empresas para se candidatarem à obtenção de DAP em desenvolvimento no âmbito do “Sistema de Registo de Declarações Ambientais de Produto para o Habitat”, como potencial ferramenta de demonstração de conformidade CPE-UE.

Este trabalho não foi conclusivo na medida em que a informação dos sistemas de certificação não permitiu, à partida, obter informação sobre o desempenho ambiental dos produtos compatível com os requisitos CPE da EU, e a informação base para as DAP não está orientada para criar evidências de resposta a estes mesmos requisitos. Assim, foi iniciada a interlocução direta com os fabricantes (empresas-amostra pré-qualificadas) através de documentos de trabalho, para explorar o potencial uso da figura de ‘declaração equivalente’ para fins de demonstração de conformidade CPE-EU, por via de documentação de qualificação do produto de que o industrial fosse já detentor (e.g., ficha de produto, rótulos, licenças, declarações de fornecedor, estudos técnicos e/ou laboratoriais).

2.2 Gestão de resíduos e reciclagem – workshops temáticos para eco-inovação

O processo de construção de recomendações para gestão de resíduos e reciclagem incluiu a colaboração do Cluster Habitat Sustentável, sobretudo pelo seu envolvimento na preparação e participação em dois workshops temáticos realizados em 2013: o primeiro, (A) “Eco-inovação e a utilização eficiente de recursos na indústria Portuguesa - Boas práticas e instrumentos de política”, realizado em 17 de Setembro; o segundo, (B) “Eco-inovação e compras públicas em mercados da fileira habitat - Boas práticas e instrumentos de política”, realizado em 5 de Dezembro. Ambos os workshops foram do tipo colaborativo e reuniram um conjunto alargado de peritos, entre os quais o diretor do Cluster.

O workshop A veio reforçar a discussão da necessidade sentida - aproximar as políticas de resíduos com as que promovam a melhor utilização dos recursos por parte da sociedade, e perceber como esta aproximação poderá constituir-se num driver de eco-inovação. O workshop B veio reforçar a discussão da necessidade sentida - aproximar as políticas de compras públicas com as que promovem a melhor eficiência do consumo por parte da sociedade, e perceber como esta aproximação poderá constituir-se num driver de eco-inovação. A fileira Habitat foi tomada como estudo de caso, pois contém um dos fluxos de materiais com maior potencial de contributo para a ineficiência material da economia Portuguesa.

2.3 Internacionalização – Piloto de instrumento de política: Um novo conceito de vales sectoriais de internacionalização

Na implementação piloto de vales setoriais para internacionalização de PME eco-inovadoras foi decidido desenvolver uma abordagem junto de um grupo-alvo de eco-inovadores, de acordo com o princípio de que a “eco-inovação acontece em toda a economia: quando uma empresa adquire um produto, serviço, gestão de um processo de fabrico, ou método comercial com vantagem ambiental essa empresa é eco-inovadora” (Kemp & Pearson, 2008). Este instrumento foi projetado com base nos resultados das análises das lacunas realizadas durante a fase analítica do projeto, relativamente às políticas de internacionalização e regimes de apoio portugueses. Foram identificadas duas dimensões de lacunas que se considerou interessante explorar por meio de um instrumento inovador, como é o caso do vale para internacionalização: a escassa cooperação entre empresas nacionais para mercados internacionais e a recorrente falta de competências em internacionalização nas PME.

Através do estudo das práticas de outros países do consórcio, foram consideradas relevantes boas práticas de suporte à internacionalização que demonstram que as PME podem aumentar a sua competitividade internacional, operando em grupo, acrescentando competências, partilhando conhecimentos e reduzindo custos. Os níveis de cooperação em negócios em Portugal são ainda baixos, tendo sido identificado o instrumento financeiro Finlandês “Business Export Partnership” (Parceria Empresarial para a Exportação) como uma boa referência para a conceção do vale, com vista a reforçar a cooperação entre empresas e fornecer consultoria individualizada. Com base na perspectiva de que as políticas públicas,

incluindo os regimes de incentivos, devem em geral reconhecer a eco-inovação como um tópico estratégico na senda do desenvolvimento sustentável, esta dimensão foi igualmente considerada na conceção do vale.

O programa foi, assim, concebido para apoiar grupos de empresas que pudessem oferecer uma solução portuguesa para uma necessidade num mercado internacional significativo. O objetivo do programa foi apoiar parcerias de empresas com suficiente maturidade para garantir um processo de internacionalização eficiente, cobrindo parcialmente os custos da abordagem inicial a um novo mercado. Nesse sentido procurou-se encontrar um alinhamento coerente de Clusters no âmbito da população de empresas eco-inovadoras. Este caminho suscitou o envolvimento, em grupo de trabalho, dos organismos públicos relevantes com competências em Inovação, Ambiente, Internacionalização e Assuntos Económicos: Adl, AICEP, APA e DGAE.

O desenho do vale foi discutido por este grupo de trabalho com os Clusters que prosseguem ativamente a eco-inovação como alvo fundamental no âmbito das suas atividades, e que têm um historial comprovado de iniciativas ou projetos demonstrativos do seu empenhamento na eco-inovação e, em particular com o Cluster Habitat Sustentável, a sua adequabilidade para as empresas da indústria da construção. Neste contexto foi discutida e aperfeiçoada uma primeira proposta deste instrumento elaborado pela Adl e a AICEP com as contribuições do diretor deste Cluster.

O teste deste novo conceito de vales para a internacionalização foi financiado pelo orçamento atribuído ao projeto, em 12.500 euros para cada parceria, fomentando a aceleração da internacionalização das PME e assim apoiar as empresas envolvidas a lançarem as suas operações e a desenvolverem competências de internacionalização. A meta era permitir que cada empresa envolvida na parceria estabelecesse, de forma independente, as suas operações em mercados-alvo num período de 2-3 anos.

Após a fase de desenho, foi lançado um concurso público para submissão de propostas de projetos de internacionalização de parcerias de empresas eco-inovadoras (3 a 6 empresas), cuja proposta de valor deveria ser desenvolvida a partir da complementaridade das suas competências. Após avaliação de mérito, estas candidaturas (de parcerias) tiveram cerca de 6 meses para desenvolver o seu projeto de internacionalização.

A avaliação dos resultados do piloto de um novo conceito de vales para internacionalização foi realizada por meio de debates durante as reuniões de acompanhamento, bem como da análise dos contributos e opiniões das empresas envolvidas em resposta a questionário elaborado para o efeito. Estes instrumentos foram utilizados para apoiar as conclusões e recomendações.

3 RESULTADOS

Os resultados obtidos para cada uma das iniciativas no modelo de colaboração com o Cluster são abaixo apresentadas por domínios temáticos.

3.1 Compras Públicas Ecológicas – a experiência Portuguesa para um repositório Europeu de produtos da construção

A partir de um universo potencial de 148 empresas inicialmente identificado, foram selecionadas 16 empresas candidatas ao repositório, as quais submeteram 45 fichas de produtos. Após a análise da fiabilidade (ou compatibilidade) aos desempenhos declarados, foi possível selecionar 24 fichas de produtos de exportação de 8 empresas Portuguesas que integram a proposta de repositório ECOPOL com os seguintes dados:

- Informação de produto: nome do produto, descrição, produtor, origem;
- Declaração de produto: documentação - rótulo, auto-declaração, DAP, declaração equivalente (Tabela 1), compatibilidade ambiental - demonstrativo e justificação, referência;

- Correspondência com critérios CPE (fundamentais e complementares): avaliação geral, avaliação detalhada.

e com a seguinte distribuição por categoria de produto de construção CPE-UE:

- Painéis interiores de parede (gesso): 5 produtos, 1 empresa;
- Painéis interiores de parede (madeira): 9 produtos, 2 empresas;
- Janelas, portas envidraçadas e claraboias: 1 produto, 1 empresa;
- Isolamento térmico: 8 produtos, 4 empresas;
- Revestimentos duros para pavimentos: 1 produto, 1 empresa.

Tabela 1. Documentação para demonstração de conformidade CPE no repositório ECOPOL

Tipo de comprovativo	Nível de confiança
Rótulo Ecológico	ISO14020 tipo 1 é o mais comum nos países ECOPOL, com custos adicionais para os produtores, mas com vantagens conhecidas: garante para consumidor, desenvolvimento de mercado consciente (produto certificado vs convencional) e aumento da competitividade do produtor (compromisso ecológico/responsabilidade ambiental) - NordicEcolabel, natureplus, FSC, PEFC, FLEGT, CITES, ou nacionais, AustrianEcolabel ou Germanblueangel
Auto declaração	ISO14020 tipo 2, normalmente usadas pelo produtor e pelo mercado para pressionar o desempenho ambiental dos produtos
Declaração Ambiental de Produto	ISO14020 tipo 3 (ISO14205 para todos os produtos e ISO21930 para produtos da construção), não garantindo o desempenho ambiental do produto (informação do ciclo de vida não harmonizado) poderá permitir ser utilizado para comparações entre produtos
Declaração equivalente	Declarações não certificadas, com procedimento mais robustecido quando a verificação é feita por recurso a bases de dados do desempenho ambiental de produtos (ÖkokaufWien, IBO, Swedish BASTA) ou a prémios ambientais com reconhecimento de nível nacional

Os resultados obtidos não permitem evidenciar a suficiência da certificação ambiental do produto como garante de conformidade da resposta a CPE, permitindo concluir não ser possível obter um desempenho ambiental do produto padrão, reforçando a necessidade de aprofundar o benchmark das ferramentas-rótulo (CPE, REUE, DAP, entre outros).

3.2 Gestão de resíduos e reciclagem – workshops temáticos para eco-inovação

Os resultados que se apresentam dizem respeito ao processo de construção de recomendações produzidas através das discussões ocorridas em cada um dos workshops temáticos. Numa primeira fase discutem-se os resultados da análise da situação Portuguesa em matéria de produção de RCD e o seu efeito na gestão de fluxos de materiais da fileira Habitat. Numa segunda fase apresentam-se os resultados da análise às políticas de compras públicas associadas a produtos & serviços da fileira Habitat, como driver de eco-inovação, para a promoção de uma melhor eficiência do consumo por parte da sociedade.

No contexto do impulso dado em Portugal pela política de RCD, para a diminuição da utilização de recursos naturais e a minimização da sua deposição em aterro, foram estabelecidas normas complementares para uma efetiva utilização dos materiais reciclados em detrimento dos produtos naturais: taxas mínimas obrigatórias de incorporação de materiais reciclados nas obras; obrigatoriedade de utilização de 5% de materiais reciclados em empreitadas de construção e manutenção abrangidas pelo código dos contratos públicos (CCP); especificações técnicas a aplicar a produtos de construção que incorporem materiais reciclados e aos

materiais reciclados a utilizar em obra. Visando estas medidas contribuir para a meta nacional 2020 de encaminhamento para reutilização/reciclagem/outras valorizações dos 70% dos RCD não perigosos produzidos,

Verifica-se contudo que o uso de materiais reciclados ainda encontra alguns obstáculos de natureza económica, cultural e técnica, em que por exemplo, relativamente aos RCD, as estatísticas 2009 do Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente (SIRAPA) indicam que apenas 34% foram valorizados, havendo falta de informação disponível sobre os custos associados à sua gestão. Por outro lado, sendo reconhecido pelo setor da construção o papel positivo que têm desempenhado alguns regulamentos (e.g., DL 46/20008 alterado por DL 73/2011 e RE305/2011) para forçar o setor à adoção de boas práticas sustentáveis e, em alguns casos, contribuir para cadernos de encargos que promovam aquisições orientadoras da oferta, a procura pública não é identificada como *driver* para a melhoria de desempenho dos seus produtos & serviços, a não ser em matéria de eficiência energética.

A reflexão alargada proporcionada pelos dois workshops permitiu construir um conjunto de recomendações dirigidas a contribuir para a colmatação das lacunas identificadas, com a possibilidade de interferir ao nível da contratação pública (ou privada) da compra de produtos e serviços da fileira habitat desmaterializados, e disponíveis nos relatórios dos workshops, destacando-se:

- Utilizar a política de compras públicas ecológicas para induzir o conceito de “compra de inovação”, de produtos mais sustentáveis (ex. desmaterializados).
- Rever legislação para eliminação de prescrições limitativas das equipas de projeto em termos de eco-inovação e estimular o alargamento da responsabilidade da equipa de projeto até à fase de comissionamento da obra:
 - a. Adotar procedimentos de concurso público para produtos/serviços/obras que possibilitem uma real valorização dos critérios de qualidade, eficiência e eficácia e ainda otimizar o tempo e custo dos procedimentos, nomeadamente/preferencialmente através da adoção do modelo de duas etapas complementares de seleção nos concursos públicos;
 - b. Valorizar o mérito da oferta qualificada de eco-inovação na elaboração dos cadernos de encargos;
 - c. Apelar à implementação de um Código da Construção que concilie a regulamentação existente e adote critérios qualitativos de performance do edificado abandonando as prescrições limitativas da atual regulamentação.
- Construir um repositório da oferta eco-inovadora para resposta a compras públicas. A oferta eco-inovadora deve ser efetuada com base em ferramentas de ciclo de vida que recorram a informação local.
- Desenvolver um sistema harmonizado de classificação de produtos & serviços da fileira habitat para resposta a CPE (para avaliação dos desempenho e impactes ao longo do ciclo de vida), promovendo sinergias (bases comuns de âmbito e metodológicas) entre sistemas de certificação (eco).

3.3 Internacionalização – Piloto de instrumento de política: Um novo conceito de vales sectoriais de internacionalização

Os resultados que se apresentam dizem respeito à experimentação de um regime de vales que permitiram a aquisição de serviços e competências externas para os processos de internacionalização de empresas, com o objetivo de reforçar a cooperação entre empresas e fornecer consultoria personalizada, com incidência especial na resposta obtida por parte de empresas do sector da indústria da construção.

Atendendo a que as prioridades mais importantes do Cluster se concentram no desenvolvimento de materiais e produtos para uma construção sustentável e tecnologias e sistemas de conservação, bem como no desenvolvimento de soluções que contribuem para a minimização do impacto energético e ambiental do ambiente edificado, foi possível obter candidaturas de diferentes PME eco-inovadoras da fileira habitat. Uma das candidaturas aprovadas foi a “Quickbuild”, parceria de exportação composta por três empresas (empresa fornecedora de painéis de cortiça para construção, empresa de consultoria em construção sustentável, empresa industrial integradora do produto), com uma proposta de valor para a internacionalização de uma casa modular, pré-fabricada, sustentável e de baixo custo de manutenção ao longo do seu ciclo de vida. Entre os diversos mercados atraentes possíveis, foi considerado o mercado-alvo do Brasil. Esta parceria contratou um consultor com um conhecimento profundo do mercado brasileiro, que partilhou informações relevantes e explorou com a parceria a estratégia de entrada do produto naquele mercado. A intervenção do consultor e a oportunidade do período em que se desenvolveu o projeto, foram particularmente adequados porque permitiu fornecer informação relevante à equipa do projeto útil para a evolução do desenvolvimento do produto. Ou seja, antes do trabalho realizado pelo consultor a parceria tinha considerado um nível de investimento para abordar este mercado que, após este, foi reequacionado.

Em conclusão, o vale para a internacionalização é um instrumento flexível e muito adaptável para apoiar aquisição de serviços e competências externas em processos de internacionalização de negócios, reforço da cooperação entre empresas e fornecimento de consultoria personalizada. Este tipo de instrumento é especialmente importante para as PME, uma vez que pode prestar apoio a uma importante fase dos processos de internacionalização dos negócios, a fase de desenvolvimento de uma estratégia de entrada num determinado mercado. Portanto contribui para a redução da incerteza dos promotores do negócio e potencia as oportunidades de sucesso da sua internacionalização.

4 CONCLUSÕES

Os resultados apresentados demonstram a importância da colaboração estreita entre entidades públicas e organizações dinamizadoras da competitividade das empresas. O projeto ECOPOL, como modelo original de parceria europeia com vista à construção e aumento de escala de política pública para o suporte à eco-inovação, estabeleceu uma coordenação que, a nível nacional, estruturou em modo experimental sinergias entre entidades com as competências necessárias de contexto. Este modelo potenciou ‘cross-governance’ e uma coleta mais robusta de contributos de diversos atores e partes interessadas e, com isto, criou condições para desenvolver processos de construção de recomendações para políticas públicas mais suportadas em conhecimento.

Também lógicas de Estratégias de Eficiência Colectiva associadas a cadeias de valor, e que tenham a sustentabilidade como elemento diferenciador nos seus planos de desenvolvimento, permitem desenvolver de forma mais eficaz a construção de políticas públicas que possam atuar como drivers de eco-inovação para um uso e consumo eficientes dos recursos.

As concretizações obtidas nas iniciativas apresentadas permitem considerar o sucesso do modelo sinérgico de colaboração ensaiado entre a equipa ECOPOL e o Cluster Habitat Sustentável, o que recomenda o exercício da sua replicação.

5 REFERÊNCIAS

O’Brien, M. 2011. Resource-efficient construction: A systemic approach to sustainable construction. In Commission European (ed.), *Eco-Innovation Brief #4*; 12th European Forum on Eco-innovation: Scaling-up Sustainable Construction – Through value chain innovation, Amsterdam, 25-26 April 2012. Brussels.

Silva, G. 2011. Metabolismo Socioeconómico e recursos materiais na economia portuguesa (1995-2009), Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais. Lisboa.

Pais, A.S. & Ministro, P. 2012. Contratação Pública em Portugal 2011. InCI (ed.). Lisboa.

JOUE 2011. COM (2011) 899 final: Comunicação “Inovação para um futuro sustentável – Plano de acção sobre eco-inovação (EcoAP)” da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Jornal Oficial da União Europeia (ed.). Bruxelas.

DR 2007. Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007, de 7 de Maio. Diário da República (ed.), 1.ª série, n.º 87. Lisboa.

ANCP 2011. Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas 2008-2010 - Relatório de Monitorização. ANCP (ed.). Lisboa

JOUE 2014. COM (2014) 445 final: Comunicação “Oportunidades para ganhos de eficiência na utilização dos recursos no sector da construção” da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Jornal Oficial da União Europeia (ed.). Bruxelas.

JOUE 2008. COM (2008) 400 final: Comunicação “Contratos públicos para um ambiente melhor” da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Jornal Oficial da União Europeia (ed.). Bruxelas.

Kemp, R. & Pearson, P. 2008. Measuring Eco-innovation: Final Report MEI project. UNUMERIT. Maastricht.